

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO PLANEJAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS BRASILEIRAS

PEREIRA, David Barbalho

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd/UFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

david.barbalho@ufrn.br

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEd/UFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

ricardo.lins@ufrn.br

Eixo 2: As várias faces da educação: para além da inclusão

Formato de apresentação: Relatos de Pesquisa

RESUMO:

Introdução: A presente pesquisa se situa no contexto de 20 anos de implementação do Programa Incluir, do crescente ingresso de estudantes com deficiência nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), da acessibilidade enquanto componente da avaliação institucional da Educação Superior no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e do papel relevante da gestão universitária, no que se refere ao planejamento institucional como possibilidade de articulação e execução de ações e estratégias voltadas às diferentes dimensões da acessibilidade como requisito às condições de permanência e participação dos(as) estudantes com deficiência nas universidades públicas federais brasileiras. **Objetivo:** analisar o planejamento institucional das universidades públicas federais brasileiras no que se refere às questões de inclusão e acessibilidade. **Metodologia:** pesquisa documental, a qual adota como principal fonte de dados os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) instituídos em dez universidades públicas federais brasileiras situadas nas cinco regiões do país, utilizando a análise de conteúdo como estratégia de análise dos dados, por meio de categorias de análise estabelecidas a partir das dimensões de acessibilidade propostas por Sassaki (2019) e aspectos institucionais voltados ao ingresso, serviços de acompanhamento e aspectos institucionais e organizacionais das universidades. **Resultados:** foram mapeadas 90 iniciativas de implementação, dentre as quais se destacam as voltadas a aspectos da acessibilidade programática e atitudinal. Dentre os 38 indicadores analisados, pontua-se a predominância do tratamento das questões da acessibilidade arquitetônica e programática. Apesar da discrepância da abrangência e porte das ações propostas para inclusão e acessibilidade pelas universidades analisadas, constata-se que o tratamento institucional dessas iniciativas, em linhas gerais, considera as múltiplas dimensões da acessibilidade no seu delineamento.

Considerações finais: a definição dos indicadores voltados ao monitoramento das iniciativas de acessibilidade é incipiente e tematicamente mais restrita, o que pode comprometer a execução das ações e refletir aspectos mais amplos do planejamento institucional pelas universidades públicas federais.

Palavras-chave: Gestão universitária. Planejamento institucional. Inclusão e acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas de ação afirmativa vem direcionando as Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em direção à formulação e implementação de políticas institucionais, práticas e estratégias voltadas ao ingresso, permanência e participação das pessoas com deficiência nos múltiplos contextos educacionais e acadêmicos.

Na condição de políticas públicas ancoradas nos pressupostos da justiça social e equidade, a implementação do Programa Incluir em 2005 (Brasil, 2013) e da Lei de Reserva de cotas para as pessoas com deficiência na Educação Superior, em 2016 (Brasil, 2016), por exemplo, apresenta desdobramentos claros sobre as IFES. A partir do expressivo aumento do número de estudantes com deficiência nessas instituições (MEC, 2024), esse público heterogêneo demanda recursos de diversas ordens para a garantia das devidas condições de permanência e participação. Nesse sentido, a acessibilidade se coloca como condição para que o direito à educação, firmado a todas as pessoas por meio da Constituição Federal de 1988, seja assegurado (Picharillo et al, 2023).

O tratamento institucional às questões de acessibilidade, por sua vez, demanda o reconhecimento do seu caráter multidimensional, assim como a implementação de políticas específicas e ações coordenadas. Perpassa-se, portanto, pela sua incorporação desse tema na agenda da gestão universitária e planejamento institucional, o qual compreende o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) como o seu principal instrumento, do qual a elaboração é condição necessária para o credenciamento das Instituições de Educação Superior (IES), nos termos do Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006 (Brasil, 2006).

Embora a instituição do PDI se configure como uma exigência legal, corrobora-se com Silva et al (2013) quando apontam o Plano como oportunidade para as instituições delinearem um planejamento mais exitoso no alcance dos resultados. Já

Pacheco e Barcelos (2025) tratam o PDI como "reflexo direto da política institucional da universidade", uma vez que contempla as metas de ensino, pesquisa, extensão e demais aspectos relevantes à realidade da instituição.

Nesse contexto, o tratamento das questões inerentes à inclusão e acessibilidade nos instrumentos de planejamento institucional das IFES é um dos critérios de avaliação estabelecidos no âmbito Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Nos Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação *in loco* do SINAES (MEC, 2013), por exemplo, firma-se a necessidade de que os gestores das IFES incorporem a educação inclusiva nos respectivos PDI, destacando ainda a importância da transversalidade da educação especial na instituição (MEC, 2013, p. 13).

O mesmo documento destaca a necessidade de inclusão da política de acessibilidade no PDI, o qual deve contemplar os "pressupostos epistemológicos, filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva" (MEC, 2013, p. 19). Em paralelo, afirma-se que "todo processo de inclusão educacional tem início com a inserção da inclusão no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC)" (MEC, 2013, p. 40).

OBJETIVO

O presente estudo adota como objetivo geral analisar o planejamento institucional das universidades públicas federais brasileiras no que se refere às questões de inclusão e acessibilidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza por sua abordagem qualitativa e se configura como uma pesquisa documental. Como corpus de análise, se adota o conjunto de 10 PDI instituídos em universidades públicas federais que dispunham de Planos de Garantia de Acessibilidade implementados. Sob esse critério, foi realizado um mapeamento que resultou na identificação de 19 instituições, sendo uma (1) da Região Norte, oito (8) do Nordeste, duas (2) do Centro-Oeste, sete (7) do Sudeste e uma (1) do Sul.

Com o intuito de compor uma amostra aleatória e heterogênea representativa regionalmente, procedeu-se com um sorteio das instituições a serem analisadas, a partir do qual se obteve o seguinte resultado: Norte: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) (vigência: 2020-2024); Nordeste: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) (vigência: 2019-2023), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) (vigência: 2024-2028) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (vigência: 2020-2029); Centro-Oeste: Universidade Federal de Catalão (UFCAT) (vigência: 2023-2026) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (vigência: 2020-2024); Sudeste: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (vigência: 2021-2030), Universidade Federal Fluminense (UFF): (vigência: 2023-2027) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) (vigência: 2024-2028) e; Sul: Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (vigência: 2022-2026).

Além dos 10 arquivos referentes aos PDI, fez-se necessário incorporar à análise os Planos de Gestão de três (3) universidades: UFRN (vigência 2023-2027), UFES (vigência 2020-2024) e UFMS (vigência 2025). Essa medida visou garantir que todos os elementos que integram o planejamento institucional das universidades fossem analisados. Não foram localizados os planos de gestão referentes às demais instituições analisadas.

Na sequência, se realizou a análise de conteúdo dos documentos, processo caracterizado por seu propósito exploratório, o qual envolve as seguintes etapas: definição do tema e problema de pesquisa; realização de revisão de literatura; definição dos meios para coleta de dados e execução da coleta; definição de grade de categorias para análise; leitura dos dados; definição da unidade e categorias de análise; realização da análise de conteúdo, aplicando técnicas estatísticas, interpretativas, ou as duas; resgate do problema de pesquisa; confronto dos resultados ao aporte teórico; formulação da conclusão e relatório de pesquisa (Vergara, 2015, p. 8-10).

Neste estudo, o conjunto de categorias de análise se configura, segundo Vergara (2015), como uma grade aberta, dado que estas foram definidas na medida em que identificadas pelos pesquisadores e rearranjadas durante a pesquisa para o estabelecimento de categorias finais (Vergara, 2015, p. 9).

Dada a extensão dos documentos, optou-se por otimizar a busca de conteúdos relacionados ao tema de pesquisa por meio da localização do termo-chave

‘acessibilidade’, a exemplo da estratégia aplicada por Oliveira e Ciantelli (2024). Posteriormente, outras palavras foram incorporadas à busca, visando abranger elementos vinculados ao objeto de estudo, a saber: ‘deficiência’ (pessoas/estudantes com), ‘afirmativa’ (política/ação) e ‘inclusão’.

Feita a busca dos termos-chave e codificados os trechos em cada categoria com o auxílio do *software* ATLAS.ti 25, o conteúdo foi exportado para a plataforma Google Planilhas. Nela, os conteúdos referentes às categorias de análise foram organizados em dois grupos, em função do seu propósito institucional e à codificação realizada previamente nos documentos: 1) ações de implementação (ações, estratégias e iniciativas estratégicas) e; 2) Medidas de desempenho (indicadores e metas). Desse modo, obteve-se um panorama geral das ações e indicadores de monitoramento das iniciativas voltadas à inclusão e acessibilidade nas IFES.

A segunda etapa de análise consistiu na categorização de ações de implementação e indicadores em função das dimensões de acessibilidade presentes em Sassaki (2019): a) arquitetônica; b) atitudinal; c) comunicacional; d) instrumental; e) metodológica e; f) programática. Além disso, foram identificaram iniciativas voltadas aos seguintes temas: g) aspectos institucionais e organizacionais, h) serviços de ingresso e; i) acompanhamento discente – para as quais foram atribuídas categorias próprias de análise.

RESULTADOS

Os documentos analisados refletem a diversidade de entendimentos institucionais, bem como a autonomia universitária inerente às universidades, uma vez que os PDI não apresentam uniformidade em seu conteúdo e estruturação, embora se identifique uma lógica de estruturação que incorpora a definição de eixos temáticos e mapas estratégicos (Fonseca et al, 2023).

No que se refere às questões de inclusão e acessibilidade, constata-se uma alta discrepância no tratamento do tema, constatado também pela quantidade de menções ao termo “acessibilidade”, que varia entre 12 e 84 menções, o que também se reflete na quantidade de ações de implementação.

Considerando as ações definidas em oito (8) PDI, obtém-se a média de 11 iniciativas por universidade, com quantidade mínima de uma (1) e a máxima de 25. Isso também se reflete nas áreas temáticas incorporadas ao planejamento, ao passo

em que há instituições que contemplam, por meio das ações planejadas, uma (1) dimensão, como também universidades que contemplam as nove (9) categorias analíticas adotadas no estudo, o que remete a uma linha de ação mais abrangente e integral frente às questões de acessibilidade.

Do total de ações analisadas, 20 foram classificadas na dimensão programática (22,20%), seguido por 13 referentes à atitudinal (14,45%) e 11 nas categorias acessibilidade comunicacional e acompanhamento discente (12,20%). Em menor volume, são listadas 10 na dimensão arquitetônica, nove (9) na dimensão metodológica e aspectos institucionais, quatro (4) na dimensão instrumental e três (3) referentes ao ingresso de estudantes. Ou seja, as ações propostas nos PDI analisados apontam para um tratamento institucional que considera as múltiplas dimensões da acessibilidade no seu delineamento.

No sentido de compreender os aspectos que orientam o monitoramento das ações voltadas à inclusão e acessibilidade, prosseguiu-se com o exame dos indicadores delineados pelas instituições, o que resultou na identificação de 38 indicadores relacionados ao tema em universidades. Destas, três (3) apresentam 1 (um) indicador, sendo todos eles voltados à acessibilidade arquitetônica. Por outro lado, constatou-se que uma instituição dispõe de 21 indicadores, os quais abrangem sete (7) das nove (9) categorias analíticas do estudo.

Quanto ao tratamento temático, oito (8) indicadores se situam nas dimensões acessibilidade programática e arquitetônica, cada (21%), e quatro (4) nas dimensões comunicacional e atitudinal, cada (10,5%). Já as dimensões instrumental, metodológica e ingresso de estudantes e acompanhamento discente apresentam três (3) cada (8%) e aspectos institucionais e organizacionais, dois (2) (5%).

Ao considerar o total de 90 ações de implantação e 38 indicadores, constata-se que 59 iniciativas (65,5%) não dispõem de indicadores definidos nos PDI. Essa diferença entre o número de indicadores e ações planejadas aponta para a incipiência de parâmetros de monitoramento das iniciativas voltadas à inclusão e acessibilidade, mas que podem refletir características institucionais do tema em tela, mas também do planejamento universitário de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontam para uma ampla heterogeneidade do tratamento que o tema da inclusão e acessibilidade recebe por parte das IFES analisadas, dadas as discrepâncias nos quantitativos das ações de implementação e indicadores relacionados à área. No entanto, constatou-se a predominância de um tratamento multidimensional do conceito de acessibilidade, uma vez que as ações visam contemplar diversos aspectos e dimensões da acessibilidade, dentre as quais, destacam-se as voltadas à acessibilidade programática.

Quanto ao monitoramento das iniciativas, constata-se a adoção de um maior número de indicadores vinculados às dimensões programática e arquitetônica. No primeiro caso, o monitoramento dos aspectos arquitetônicos pode ser lido como o primeiro esforço nesse sentido, uma vez que consta como única dimensão monitorada entre as universidades que dispõe de um ou dois indicadores instituídos. Já os indicadores voltados à dimensão programática se referem, grosso modo, ao fortalecimento e consolidação de instrumentos normativos orientados à acessibilidade no contexto das universidades analisadas.

Infere-se sobre a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de monitoramento das ações planejados por essas instituições, reconhecendo que a definição e aprimoramento de indicadores pode colaborar no refinamento dos parâmetros de avaliação das políticas e condições de acessibilidade nas IFES, as quais figuram dentre os critérios de avaliação das instituições e cursos de Graduação, no âmbito do SINAES.

Por fim, reconhece-se que o exame de outros instrumentos normativos institucionais, tais como as Políticas de Inclusão e Planos de Garantia da Acessibilidade, possui potencial em compreender o direcionamento adotado por essas instituições no desenvolvimento de práticas e mecanismos voltados à materialização dos pressupostos filosóficos inclusivos que regem a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm. Acesso em 13 ago. 2025.

BRASIL. **Documento orientador**: Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior. 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em 29 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**: parte I - avaliação de cursos de graduação. Brasília: Ministério da Educação, jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm#art1. Acesso em 29 ago. 2023.

FONSECA, Platini Gomes; SANTOS, Anderson Vieira; PINHEIRO, Francisco Alves; RABELO NETO, Miguel Lino Spinelli; RAMOS, Yuri Raion de Jesus. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) nas Universidades Federais: uma análise entre regiões. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 28, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/YQDd7MVJk4c8qWjfsf7hDVB/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da Educação Superior 2023**: Divulgação dos resultados. Brasília: MEC, 2024.

OLIVEIRA, Débora Chiararia de; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. Análise das políticas de acessibilidade segundo o PDI de uma universidade estadual pública brasileira. **Debates em Educação**, v.16, n. 38, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/16915>. Acesso em: 23 nov. 2024.

PICHARILLO, Alessandra Daniele Messali; COSTA, Ailton Barcelos da; ELIAS, Nassim Chamel. Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 3, p. 1247–1263, 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **As sete dimensões da acessibilidade**. São Paulo: Larvatus Prodeo, 2019. Coleção Singularidades.

SILVA, Júlio Eduardo Ornelas; MELO, Pedro Antônio de; RAMOS, Alexandre Moraes; AMANTE, Cláudio José; SILVA, Flora Moritz da. Contribuições do PDI e do planejamento estratégico na gestão de universidades federais. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 269-287, set. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p269>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Vergara, Sylvia Constant. (2015). **Métodos de pesquisa em administração**. 6. ed.
São Paulo: Editora Atlas.